

Asa Branca Holding S.A. CNPJ/MF nº 09.359.927/000-17

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) existentes, quanto para os novos empreendimentos de geração. Ao final do processo, a nova regulamentação, publicada pela ANEEL em 20 de setembro, definiu que ao final da estabilização das tarifas de cada projeto, mesmo estes sendo existentes, será necessária a aplicação da metodologia repositiva dos pesos definidos na transição. Com base na nova metodologia, as usinas Asa Branca V, VI e VIII tiveram seus TUSTs reajustados em 1,12% no ciclo 2022-2023. Já as demais usinas do Complexo, Asa Branca IV e VII, não foram afetadas pela nova metodologia, já que suas TUSTs foram estabilizadas até o fim de suas operações.

3.4 Cronograma de processamento dos ressarcimentos das usinas eólicas a energia não fornecida por constrained-off: Em 23 de dezembro, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) divulgou que a partir de junho de 2023 haverá o início do processo de ressarcimento dos custos de geração de energia não fornecida por constrained-off de usinas eólicas. Os valores referem-se às geradoras comprometidas com Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR por disponibilidade, o caso das usinas do complexo Asa Branca, e também Contratos de Energia de Reserva – CER. Mesmo que as devidas metodologias de cálculo ainda não estejam totalmente definidas, a CCEE ressaltou que a compensação antecipada das reparações visa dar maior previsibilidade aos agentes e mais tempo para se programarem para eventuais impactos em sua operação. Quando o regramento final for finalizado, aprovado e implantado, poderá haver novos ressarcimentos. Os valores de ressarcimento serão recalculados no âmbito da Receita de Venda do CCEAR e da Energia de Reserva e serão atualizados monetariamente conforme as regras do mercado. As reparações irão considerar a regra do "período transição", conforme Resolução Normativa ANEEL nº 1.030, de 26 de julho de 2022, contemplando apenas os custos de reparações de até 180 dias, enquadrando-se nos critérios de aplicação do constrained-off. O período de término do ano contratual até setembro de 2021. Para o "período definitivo", referente a outubro de 2021 em diante, ainda não é possível prever um cronograma de reparações, uma vez que o processo da Consulta Pública ANEEL nº 2/2022 não foi concluído. **4. Responsabilidade social, meio ambiente e mudanças climáticas:** **4.1. Responsabilidade social:** Desde sua criação, a ContourGlobal tem uma visão única e especial acerca do tema sustentabilidade. A missão da ContourGlobal é desenvolver, adquirir e operar empresas de energia elétrica em todo o mundo, visando melhorar a vida das pessoas e o oferecer eletrificação de forma acessível e confiável, além de promover o crescimento econômico e o bem-estar social através da eliminação da pobreza ao tomar melhor as localidades onde atua. Entendemos que o investimento social cria oportunidades significativas para nossos negócios, fortalecendo o relacionamento com as comunidades, autoridades governamentais e demais stakeholders, melhorando nossa reputação, atraindo novos talentos e expandindo nossos negócios. Os princípios e valores da ContourGlobal, devidamente adotados e internalizados pelo Grupo, foram definidos com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e nos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos (POs) da Organização das Nações Unidas (ONU), estando estes refletidos em todos os projetos sociais desenvolvidos pelo Grupo. Dessa forma, o Grupo adotou um conjunto abrangente de princípios sociais e ambientais como diretrizes para garantir que seus projetos sociais sejam sustentáveis e não tenham impactos negativos em suas operações. Quando o regramento final for finalizado, aprovado e implantado, poderá haver novos ressarcimentos. Os valores de ressarcimento serão recalculados no âmbito da Receita de Venda do CCEAR e da Energia de Reserva e serão atualizados monetariamente conforme as regras do mercado. As reparações irão considerar a regra do "período transição", conforme Resolução Normativa ANEEL nº 1.030, de 26 de julho de 2022, contemplando apenas os custos de reparações de até 180 dias, enquadrando-se nos critérios de aplicação do constrained-off. O período de término do ano contratual até setembro de 2021. Para o "período definitivo", referente a outubro de 2021 em diante, ainda não é possível prever um cronograma de reparações, uma vez que o processo da Consulta Pública ANEEL nº 2/2022 não foi concluído. **4.2. Responsabilidade social, meio ambiente e mudanças climáticas:** Desde sua criação, a ContourGlobal tem uma visão única e especial acerca do tema sustentabilidade. A missão da ContourGlobal é desenvolver, adquirir e operar empresas de energia elétrica em todo o mundo, visando melhorar a vida das pessoas e o oferecer eletrificação de forma acessível e confiável, além de promover o crescimento econômico e o bem-estar social através da eliminação da pobreza ao tomar melhor as localidades onde atua. Entendemos que o investimento social cria oportunidades significativas para nossos negócios, fortalecendo o relacionamento com as comunidades, autoridades governamentais e demais stakeholders, melhorando nossa reputação, atraindo novos talentos e expandindo nossos negócios. Os princípios e valores da ContourGlobal, devidamente adotados e internalizados pelo Grupo, foram definidos com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e nos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos (POs) da Organização das Nações Unidas (ONU), estando estes refletidos em todos os projetos sociais desenvolvidos pelo Grupo. Dessa forma, o Grupo adotou um conjunto abrangente de princípios sociais e ambientais como diretrizes para garantir que seus projetos sociais sejam sustentáveis e não tenham impactos negativos em suas operações. Quando o regramento final for finalizado, aprovado e implantado, poderá haver novos ressarcimentos. Os valores de ressarcimento serão recalculados no âmbito da Receita de Venda do CCEAR e da Energia de Reserva e serão atualizados monetariamente conforme as regras do mercado. As reparações irão considerar a regra do "período transição", conforme Resolução Normativa ANEEL nº 1.030, de 26 de julho de 2022, contemplando apenas os custos de reparações de até 180 dias, enquadrando-se nos critérios de aplicação do constrained-off. O período de término do ano contratual até setembro de 2021. Para o "período definitivo", referente a outubro de 2021 em diante, ainda não é possível prever um cronograma de reparações, uma vez que o processo da Consulta Pública ANEEL nº 2/2022 não foi concluído. **4.3. Responsabilidade social, meio ambiente e mudanças climáticas:** Desde sua criação, a ContourGlobal tem uma visão única e especial acerca do tema sustentabilidade. A missão da ContourGlobal é desenvolver, adquirir e operar empresas de energia elétrica em todo o mundo, visando melhorar a vida das pessoas e o oferecer eletrificação de forma acessível e confiável, além de promover o crescimento econômico e o bem-estar social através da eliminação da pobreza ao tomar melhor as localidades onde atua. Entendemos que o investimento social cria oportunidades significativas para nossos negócios, fortalecendo o relacionamento com as comunidades, autoridades governamentais e demais stakeholders, melhorando nossa reputação, atraindo novos talentos e expandindo nossos negócios. Os princípios e valores da ContourGlobal, devidamente adotados e internalizados pelo Grupo, foram definidos com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e nos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos (POs) da Organização das Nações Unidas (ONU), estando estes refletidos em todos os projetos sociais desenvolvidos pelo Grupo. Dessa forma, o Grupo adotou um conjunto abrangente de princípios sociais e ambientais como diretrizes para garantir que seus projetos sociais sejam sustentáveis e não tenham impactos negativos em suas operações. Quando o regramento final for finalizado, aprovado e implantado, poderá haver novos ressarcimentos. Os valores de ressarcimento serão recalculados no âmbito da Receita de Venda do CCEAR e da Energia de Reserva e serão atualizados monetariamente conforme as regras do mercado. As reparações irão considerar a regra do "período transição", conforme Resolução Normativa ANEEL nº 1.030, de 26 de julho de 2022, contemplando apenas os custos de reparações de até 180 dias, enquadrando-se nos critérios de aplicação do constrained-off. O período de término do ano contratual até setembro de 2021. Para o "período definitivo", referente a outubro de 2021 em diante, ainda não é possível prever um cronograma de reparações, uma vez que o processo da Consulta Pública ANEEL nº 2/2022 não foi concluído.

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita Bruta CCEAR	159.716	145.451		
Provisão para Ressarcimento	(63.151)	(26.521)		
Receita Bruta	106.565	118.930		
Receita Bruta Mercado Livre	106.565	118.930		
Total Receita Bruta	115.802	136.688		
Impostos e Encargos	(4.764)	(5.517)		
Receita Líquida	111.038	131.171		
Receita Operacional de Caixa: O EBITDA é uma medida não contábil, calculada a partir do lucro líquido (prejuízo) do exercício, impostos, resultado financeiro, depreciação e amortização. O mercado e a Administração utilizam esse indicador de desempenho gerencial para avaliar a performance operacional do Grupo. Abaixo o cálculo do EBITDA de 2022 e 2021.				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.543	(15.727)		
Imposto de renda	38.964	46.805		
Resultado financeiro	38.964	46.805		
Imposto de renda e contribuição social	7.014	5.336		
EBITDA	87.834	67.187		
A performance operacional do Grupo, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 87.834 mil em 2022 que representa um aumento de 10,7% quando comparado com o exercício de 2021 devido principalmente ao resultado obtido com ganho oriundo da celebração de acordo de processo arbitral pelas controladas da Companhia, no qual coube uma indenização a título de perdas e danos, cujo o impacto no resultado do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 41.687 mil. Resultado financeiro: O resultado financeiro do Grupo apresentou uma melhoria, saindo de um resultado negativo de R\$ 46.805 mil em 2021 para R\$ 38.964 mil em 2022. O lucro proporcionado por essa melhoria foi o aumento dos rendimentos de investimentos financeiros, cuja receita auferida em 2022 foi de R\$ 10.661 mil ante 2.969 mil em 2021. Cabe salientar que isso se deve ao aumento dos valores aplicados em razão da não ocorrência de descontos de ressarcimento. Resultado do exercício: Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo apurou um lucro líquido de R\$ 10.543 mil em comparação com um prejuízo de R\$ 15.727 mil em 31 de dezembro de 2021, decorrente majoritariamente do ganho oriundo do acordo de processo arbitral supracitado. Abaixo a demonstração do resultado do exercício:				

	31/12/2022	Controladora	31/12/2021	31/12/2022	Consolidado	31/12/2021
Receita líquida de vendas				110.838		131.171
Custo do serviço de energia elétrica				(77.032)		(80.419)
Lucro bruto				33.806		50.752
Despesas gerais e administrativas	(1.585)	(647)	(16.978)			(14.338)
Resultado com participações societárias	54.981	12.057				
Outros ganhos				38.693		36.414
Lucro operacional	53.396	11.410		56.521		36.414
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	1.537	451	10.744			3.153
Despesas financeiras	(44.300)	(27.357)	(49.708)			(49.958)
Total	(42.853)	(26.906)	(38.964)			(46.805)

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social **10.543 (15.496) 17.557 (10.391)**

Imposto de renda e contribuição social **10.543 (15.727) 10.543 (5.336)**

Lucro líquido (prejuízo) do exercício **10.543 (15.727) 10.543 (15.727)**

Endividamento: Em 15 de junho de 2023, a Companhia emitiu debêntures no montante total de R\$ 315.000 mil, em série única, com vencimento final em 15 de junho de 2033, a serem pagas em 2 parcelas mensais e consecutivas, em todas as 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro de cada ano, excetuando as datas de 15 de junho de 2026 e 15 de dezembro de 2026, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2021, corrigidas pela variação do IPCA + juros de 6,25% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, a posição da dívida do Grupo de R\$ 320.982 mil que representa um aumento de 2,44% em relação ao exercício de 2021 cuja dívida total era de R\$ 313.336 mil.

Balancos patrimoniais		Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Ativo Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	74.385	5.219	71.003	
Contas a Receber	8	14.875	13.171	13.171	
Estoque	3	3.759	3.067	3.067	
Tributos a Recuperar	10	682	713	7.833	7.047
Partes Relacionadas	12	14.170	409	12	409
Despesas Antecipadas	12	7	167	158	158
Outros Contas a Receber	13	9	2	42.106	1.522
Total do Ativo Circulante	89.253	6.345	187.895	96.087	96.087
Não Circulante					
Reservado a Longo Prazo					
Tributos a Recuperar	10		863	186	
Depósitos Judiciais	22		1.020	584	
Tributos Diferidos	14		5.458	3.552	
					7.341
Total do Ativo Não Circulante	48.513	428.746	633.907	585.929	585.929

1. Informações gerais: Contexto operacional: A Asa Branca Holding S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), com sede no Estado de São Paulo, cidade de São Paulo, foi constituída em 14 de fevereiro de 2008. A Companhia detém 100% das ações das empresas Asa Branca IV Energias Renováveis S.A. ("Asa Branca IV"), Asa Branca V Energias Renováveis S.A. ("Asa Branca V"), Asa Branca VI Energias Renováveis S.A. ("Asa Branca VI"), Asa Branca VII Energias Renováveis S.A. ("Asa Branca VII"), Asa Branca VIII Energias Renováveis S.A. ("Asa Branca VIII"), e Asa Branca IX Energias Renováveis S.A. ("Asa Branca IX"), coletivamente referidas como "Controladas", em conjunto com a controladora referidas como "Grupo". Em 01 de outubro de 2013, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") publicou o despacho nº 3.324, nº 3.325, nº 3.326, nº 3.327 e nº 3.328, atestando que os parques eólicos Asa Branca IV, Asa Branca V, Asa Branca VI, Asa Branca VII e Asa Branca VIII, respectivamente, atenderam aos requisitos necessários para serem consideradas aptas a operação comercial de meio de despacho e de geração de energia elétrica, a partir de 30 de outubro de 2014, foi autorizada, em definitivo, a operação comercial de todas as usinas de geração de energia eólicas.

Balancos patrimoniais		Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Depêntures	19	34	428	5.397	4.197
Partes relacionadas	20	35.978	13.614	35.978	13.614
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar	21	2.545	41	7.087	1.000
Provisão de contingência	22			3.848	4.296
Provisão para desmobilização	22			164.540	124.471
Total do passivo circulante			38.605	14.088	216.979
Não circulante					
Depêntures	20	285.004	299.722	285.004	299.722
Partes relacionadas	22	10.447	9.218		
Provisão de ressarcimento	22			23.651	5.448
Provisão para contingência	22			425	603
Provisão para desmobilização	22			5.960	8.475
Provisão de arrendamento	15			131	314
Total do passivo não circulante		295.451	308.940	315.111	314.603
Total do passivo		334.056	323.028	529.190	462.211
Capital social	23	93.719	120.986	93.719	120.986
Reserva legal					
Reserva de lucros acumulados					
Dividendos e adicionais propostos		7.511	7.511	7.511	7.511
Prejuízos acumulados			(17.268)		(17.268)
Total do patrimônio líquido		101.757	103.718	101.757	103.718
Total do passivo e patrimônio líquido		435.813	426.746	630.947	565.929

2. Situação financeira: O capital circulante líquido negativo apresentado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 na controladora decorre, substancialmente, do passivo circulante referente às provisões de ressarcimento e debêntures.

3. Situação financeira: O capital circulante líquido negativo apresentado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 na controladora decorre, substancialmente, do passivo circulante referente às provisões de ressarcimento e debêntures.

Demonstrações do valor adicionado		Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Receitas					
Receita bruta				156.889	140.058
Despesas gerais e administrativas				(15.602)	(16.688)
Impostos e encargos				(207)	(257)
Insumos adquiridos de terceiros	(570)	(85)	(59.208)	(59.386)	(59.386)
Energia comprada				(9.315)	(14.694)
Materiais e serviços de terceiros	(550)	(95)	(29.736)	(26.579)	(26.579)
Manutenções				(1.551)	(1.682)
Provisão de transmissão de energia				(1.005)	(1.005)
Outros (custos) operacionais	(20)	10	(6.242)	(17.973)	(17.973)
Valor adicionado bruto	(570)	(85)	100.680	80.692	80.692
Depreciação e amortização	(1.005)	(1.005)	(31.313)	(30.773)	(30.773)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(1.575)	(1.090)	69.367	49.919	49.919
Provisão de contingência				10.744	3.153
Resultado de equivalência patrimonial	54.981	12.057			
Receitas financeiras	1.537	451	10.744	3.153	
Valor adicionado total a distribuir	54.943	11.418	80.111	53.072	53.072
Distribuição do valor adicionado					
Personas físicas	(464)	7.588	6.507		
Remuneração direta	(464)	7.125	6.079		
Benefícios		343	318		
FGTS		120	110		
Federais, taxas e contribuições	84	251	12.259	12.249	
Estaduais			62		
Municipais			17		
Remuneração de capital de terceiros	44.317	27.358	49.643	49.972	49.972
Outras despesas financeiras	22.131	18.519	28.665	30.930	
Aluguéis			21	14	
Remuneração de capitais próprios	10.542	(15.727)	10.542	(15.727)	(15.727)
Constituição de reserva legal (nota 23)	527		527		
Constituição de provisões obrigatórias (nota 23)	7.511		7.511		
Resultados adicionais propostos (nota 23)	2.511		7.511		
Valor adicionado distribuído	54.943	11.418	80.111	53.072	53.072

Demonstrações das mudanças do patrimônio líquido		Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Capital social					
Legal	179.403	(10.832)	168.571		
Em 01 de janeiro de 2021					
Redução de capital - Absorção de prejuízos acumulados (nota 23)	(9.291)		9.291	(49.126)	
Redução de capital - Absorção de prejuízos acumulados (nota 23)	(49.126)		15.727	(15.727)	
Prejuízo líquido do exercício				(17.268)	(103.718)
Em 31 de dezembro de 2021	120.986				
Redução de capital - Absorção de prejuízos acumulados (nota 23)	(17.267)		17.267		
Prejuízo líquido do exercício	(10.000)		10.543	(10,000)	10,543
Constituição de reserva legal (nota 23)	527		527		
Constituição de provisões obrigatórias (nota 23)	7.511		7,511		
Dividendos e adicionais propostos (nota 23)	2.511		7,511		
Em 31 de dezembro de 2022	93.719	527	7.511	101.757	101.757

independente e como a Administração do Grupo gerencia sua exposição.

Demonstração do Resultado do Exercício		Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Receita líquida de vendas	24			110.838	131.171
Custo do serviço de energia elétrica				(77.032)	(80.419)
Lucro bruto				33.806	50.752
Despesas gerais e administrativas	16	(1.585)	(647)	16.978	(14.338)</

Continuação>>

Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). O CCEAR não prevê aplicação de penalidades ou pagamentos de bônus se a produção de energia de cada usina estiver dentro da faixa de tolerância que varia de 90% a 130% da energia anual contratada, de cada respectiva usina, e que é apurado ao final de cada ano e quadriênio. Os desvios superiores ou inferiores entre produção de energia e a obrigação contratual são reconhecidos no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação dos fatores de penalidades ou bônus sobre o MWh a ser entregue. Eventuais diferenças entre a geração e a entrega de energia elétrica prevista em contrato serão compensadas a cada ano e cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio se encerrou em 31 de agosto de 2017 e o próximo se encerrará em 31 de dezembro de 2025. **Ressarcimento quadrienal:** Caso a energia gerada no período seja inferior a 100% e superior a 90% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao montante não gerado ao preço do faturamento atualizado (lembrando que o ressarcimento anual aplica os desvios inferiores a 90%). O acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do primeiro mês seguindo o final do último ano contratual do quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelo Grupo. **Ressarcimento anual:** Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao montante não gerado ao preço do faturamento. O acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais após a conclusão de todo o processo de apuração no próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas. Caso a energia entregue seja superior ao percentual máximo contratual discriminadas abaixo, essa energia poderá ser negociada pelo vendedor no mercado livre: 1) 30% (trinta por cento) no primeiro ano do quadriênio; 2) 20% (vinte por cento) no segundo ano do quadriênio; 3) 10% (dez por cento) no terceiro ano do quadriênio; 4) 0% (zero por cento) no quarto ano do quadriênio; **Composição:**

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Provisão de ressarcimento (i)	27.204	49.805
Provisão de despacho (ii)	137.368	74.666
	164.572	124.471
Não circulante		
Provisão de ressarcimento (i)	23.651	5.448
	23.651	5.448
	188.223	129.919

	Consolidado			Consolidado		
	Provisão de ressarcimento (i)	Provisão de despacho (ii)	Total	Provisão de ressarcimento (i)	Total	Total
Movimentação						
Saldo em 01/01/2021	33.066	32.240	65.306	33.353	33.353	66.706
Provisão	10.564	27	10.591	15.930	15.930	31.521
Atualização financeira		4.739	4.739			4.739
Transferência	6.175	37.660	43.835	(43.835)	(43.835)	
Saldo em 31/12/2021	49.805	74.666	124.471	5.448	5.448	10.896
Provisão	32.311		32.311	20.840	20.840	53.151
Atualização financeira		5.153	5.153			5.153
Transferência	(54.912)	57.549	2.637	(2.637)	(2.637)	
Saldo em 31/12/2022	27.204	137.368	164.572	23.651	23.651	47.302

(i) A provisão de ressarcimento representa a quantidade de energia faturada, mas não gerada no ambiente dos contratos de venda de energia elaborado pelo preço dos contratos. (ii) Provisão oriunda da suspensão dos ressarcimentos estabelecidos na Contratação de Energia Elétrica no Ambiente Regulado e na Contratação de Energia de Reserva, essa suspensão foi determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da emissão do despacho nº 2.303/2019 que ordenou à CCEE que processasse com a referida suspensão da compensação relativa aos anos contratual apurados a partir de agosto de 2019 até a decisão final sobre o resultado da Audiência Pública nº 034/2019, a qual visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por constrained-off (situações de corte de geração quando há descausamento entre a oferta de energia disponível e a demanda de usinas eólicas). Cabe ressaltar que o Grupo reconheceu as provisões normalmente nos exercícios supracitados. (c) **Provisão para contingências: Política contábil:** O Grupo está envolvido em várias ações judiciais que se encontram em instâncias diversas. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude de visibilidade do processo o Grupo considere sua divulgação seja relevante. As classificações das perdas, baseiam-se nas avaliações e opiniões dos consultores jurídicos do Grupo. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, o qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do exercício. **Trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empregados (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. **Cíveis:** Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais entre outros. **Tributárias:** Referem-se a ações tributárias e impugnadas de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, CSLL, IPTU, REFIN, PIS/COFINS, INSS, CIDE, ITD sobre doações recebidas, entre outros. **Ambientais:** Referem-se a auto de infração lavrado pelo IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte por suposta ausência de informações prestadas pela companhia no que se refere a solicitações realizadas pelo órgão.

Contingências prováveis demonstradas como segue:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	425	710
(-) Depósito judiciais - Cível		(107)
	425	603

Movimentação das contingências e depósitos judiciais

	Consolidado				
	Trabalhistas	Cíveis	(-) Depósitos Trabalhistas	(-) Depósitos Cível	Total
Movimentação					
Saldo em 01/01/2021	320	247	(20)	(29)	518
Constituição	82	557	(11)		628
Pagamentos			31		31
(-) Reversões	(411)	(144)			(555)
Atualização monetária	9	50			59
Reclassificação (i)					(75)
Saldo em 31/12/2021	21	710	(107)	(107)	603
Constituição		75			75
Pagamentos	(17)				(17)
(-) Reversões	(4)	(406)			(410)
Atualização monetária		46			46
Reclassificação (i)					(3)
Saldo em 31/12/2022	425	425	110	110	425

(i) Depósitos judiciais reclassificados entre ativo não circulante e provisões para contingências, devido a mudança das causas de prognóstico de perda prováveis para possíveis, ou vice-versa.

Depósitos judiciais ativos demonstrados como segue:

Empresas	Consolidado	
	Cíveis	Tributários
Asa Branca IV Energias Renováveis S.A.	398	398
Asa Branca V Energias Renováveis S.A.	25	25
Asa Branca VI Energias Renováveis S.A.	37	37
Asa Branca VII Energias Renováveis S.A.	62	62
Asa Branca VIII Energias Renováveis S.A.	62	62
Saldo em 31/12/2021	584	584
Asa Branca IV Energias Renováveis S.A.	160	470
Asa Branca V Energias Renováveis S.A.	52	52
Asa Branca VI Energias Renováveis S.A.	78	78
Asa Branca VII Energias Renováveis S.A.	130	130
Asa Branca VIII Energias Renováveis S.A.	130	130
Saldo em 31/12/2022	160	860

Contingências possíveis demonstradas como segue:

Empresas	Consolidado		
	Ambientais	Cíveis	Tributários
Asa Branca IV Energias Renováveis S.A.	7	340	53
Asa Branca V Energias Renováveis S.A.		320	53
Asa Branca VI Energias Renováveis S.A.			53
Asa Branca VII Energias Renováveis S.A.			53
Asa Branca VIII Energias Renováveis S.A.			53
Asa Branca Holding S.A.		320	53
Saldo em 31/12/2021	7	980	265
Asa Branca IV Energias Renováveis S.A.		28	139
Asa Branca V Energias Renováveis S.A.			139
Asa Branca VI Energias Renováveis S.A.			139
Asa Branca VII Energias Renováveis S.A.		18	139
Asa Branca VIII Energias Renováveis S.A.			139
Saldo em 31/12/2022	10	46	695

23. Patrimônio líquido: (a) Capital social: Abaixo a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:

Acionistas	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Participação - %	Quantidade de ações	Total	Quantidade de ações
Contour Global do Brasil Holding Ltda.	100%	119.509.291	93.719	130.277.255
	100%	119.509.291	93.719	130.277.255

Em assembleia geral extraordinária realizada em 16 de novembro de 2022, foi aprovada a redução de capital social da Companhia no montante de R\$ 27.267, sendo R\$ 17.267 utilizado para absorção de prejuízos acumulados e R\$ 10.000 correspondente a restituição de valor ao acionista da Companhia nos termos previstos nos artigos 173 e 174 da Lei das Sociedades por Ações. Em assembleia geral extraordinária realizada em 30 de agosto de 2021, foi aprovada a redução de capital social da Companhia no montante de R\$ 58.417, sendo R\$ 9.291 utilizado para absorção de prejuízos acumulados e R\$ 49.126 correspondente a restituição de valor ao acionista da Companhia nos termos previstos nos artigos 173 e 174 da Lei das Sociedades por Ações. (b) **Reserva legal de Lucros:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social. (c) **Dividendos mínimos obrigatórios:** Em 31 de dezembro de 2022 foram constituídos dividendos mínimos obrigatórios, à razão de 25% do lucro líquido diminuído da reserva legal, apurado em cada exercício social, dispostos no Estatuto Social da Companhia, no montante de R\$ 2.504 (R\$ 0,02 por ação). (d) **Dividendos adicionais propostos:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia propôs dividendos adicionais no montante de R\$ 7.511 (R\$ 0,06 por ação) em atendimento ao disposto no artigo 202, §6º da Lei 6.404/76 e ICPC 08 (R1), os quais serão submetidos à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 30 de abril de 2023. (e) **Resultado básico e diluído atribuível por lote de mil ações:**

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da companhia	10.543	15.727
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	128.920	162.714
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído atribuível por lote de mil ações - R\$	0,08	0,10

Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da companhia
Quantidade média ponderada de ações (milhares)
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído atribuível por lote de mil ações - R\$
24. Receita líquida de vendas: A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, encargos sobre concessão, dos abatimentos e dos ressarcimentos. O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. O fornecimento de energia elétrica é medido através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período, de acordo com a geração de energia e os contratos de fornecimento existentes. O reconhecimento de receita relativo a tal fornecimento, portanto, é efetuado seguindo os volumes de energia gerados e fornecidos, e os respectivos termos contratuais existentes. A receita operacional do Grupo está baseada em contratos regulados de venda de energia de longo prazo firmados com distribuidoras de energia. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão de ressarcimento e descontadas no período e quadriênio contratual subsequente.

Composição

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida		
Receita com energia	168.753	163.209
(-) Provisão de ressarcimento	(53.151)	(26.521)
(-) Impostos sobre vendas	(4.220)	(4.989)
(-) Encargos sobre transmissão	(544)	(528)
	110.838	131.171

25. Custo de venda de energia elétrica:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Energia elétrica comprada para revenda (i)	(9.315)	(14.694)
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	(9.365)	(8.438)
Custo de operação (a)	(58.352)	(57.287)
	(77.032)	(80.419)

(i) A compra de energia está relacionada a duas operações: (i) necessidade compra de lastro para cobertura da redução de garantia física das usinas do complexo; e (ii) a uma operação comercial de troca de fonte de energia, onde há a venda de um determinado volume de energia incentivada (energia proveniente de fontes de geração renováveis, como é o caso das eólicas, que possuem desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição-TUSD e, portanto, tem maior valor no mercado), compensada pela compra de um volume proporcional de energia convencional (energia proveniente de fontes de geração convencionais, como grandes hidrelétricas, ou termelétricas, que não possuem desconto no Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD), sendo o resultado dessa operação equivalente à diferença entre o preço da energia incentivada e aquele definido para a energia convencional. (a) **Custo de operação:**

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal		
Manutenções	(2.053)	(1.956)
Materiais e serviços de terceiros	(1.551)	(1.682)
Depreciações e amortizações - direito de uso	(24.440)	(23.881)
Depreciações e amortizações	(67)	(46)
	(30.241)	(29.722)
	(58.352)	(57.287)

26. Despesas gerais e administrativas e outros ganhos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros	(550)	(95)	(5.296)	(2.520)
Aluguéis			(21)	(14)
Seguros			(1.251)	(722)
Comunicações			(318)	(277)
Viagens			(227)	(124)
Despesas tributárias	(10)	(21)	(156)	(552)
Projetos sociais			(226)	(226)
Outras receitas (despesas) operacionais	(20)	(21)	1.156	2.289
Perda na baixa do imobilizado			(3.211)	(5.629)
Depreciações e amortizações	(1.005)	(1.005)	(1.005)	(1.005)
Receita (despesas) compartilhadas			495	(6.649)
Outros ganhos (i)			39.693	
	(1.585)	(647)	22.715	(14.338)

(i) As controladas da Companhia eram requerentes em processo arbitral. Em novembro de 2022, as partes envolvidas no

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Asa Branca Holding S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Asa Branca Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Asa Branca Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Asa Branca Holding S.A. e da Asa Branca Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Reconhecimento da receita do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR):** Conforme descrito nas Notas 22 e 24, a receita das controladas decorre da geração e venda de energia elétrica conforme Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"). As controladas comprometeram-se a entregar um volume mínimo de energia que corresponde a totalidade da energia prevista em contrato firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), bem como ressarir anualmente e quadrienalmente a CCEE, caso a energia entregue seja menor à energia contratada. Os riscos observados, e que demandaram foco em nossa auditoria, referem-se ao reconhecimento de receita fora do período de competência e premissas críticas para estimar essas receitas e as provisões para ressarcimento, na medida em que envolve: (a) determinação dos volumes de energia entregue versus a energia contratada e (b) atribuir valor da provisão de ressarcimento da energia não entregue anualmente e quadrienalmente, conforme estipulado em contrato. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** As evidências de auditoria consideradas apropriadas e suficientes foram obtidas por meio de uma combinação de testes de controles internos e procedimentos substantivos de auditoria, a saber: (i) entendimento dos controles internos relevantes; (ii) análise de transações de receitas por meio da comparação entre a energia entregue e a energia contratada; (iii) confirmações externas com base nos relatórios mensais da CCEE; (iv) reconciliação da receita anual, por meio da obtenção de relatórios externos disponibilizados pela CCEE, com a informação de energia efetivamente gerada pelos parques eólicos da Asa Branca; (v) análise do cálculo da provisão de ressarcimento considerando os critérios e premissas previstos no contrato. Nossos procedimentos revelaram que as premissas para o reconhecimento da receita e de provisão de ressarcimento adotadas pela Companhia atendem à norma de reconhecimento de receita e de provisões, respectivamente, bem como as divulgações feitas nas notas explicativas, são apropriadas em todos os aspectos relevantes. **Porque é um PAA: Gerenciamento de capital - risco de liquidez a curto prazo:** Conforme Nota 1.1, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 29.084 mil no consolidado. A administração da Companhia

possui expectativa, baseada em suas projeções de fluxos de caixa futuros para os próximos 12 meses a partir da data do balanço, de continuar gerando caixa. Essas projeções consideram determinadas premissas que são sensíveis às condições do cenário econômico e ambiental e, portanto, fora do controle da Companhia, como por exemplo, oscilações das taxas de juros e as condições climáticas (geração de vento). Considerando que a utilização de diferentes premissas e julgamentos podem ocasionar em diferentes fluxos de caixa futuros, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. A Companhia recebeu garantias formais do seu atual acionista controlador de que seguirá contando com seu suporte financeiro para honrar os compromissos de médio e longo prazos. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) Realizamos o entendimento das políticas de administração de risco de liquidez da Companhia e do processo de elaboração e aprovação das projeções de fluxo de caixa, bem como obtivemos explicações em relação às premissas relevantes. (ii) Testamos os procedimentos realizados pela administração em relação ao monitoramento dos cumprimentos das cláusulas restritivas dos contratos de empréstimos. (iii) Revisamos a carta de suporte financeiro obtida pela administração do acionista controlador. (iv) Analisamos os eventos subsequentes até a data de emissão deste relatório. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas decorrentes de nossos procedimentos de auditoria. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, seguindo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Asa Branca Holding S.A. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente

referred processo arbitral celebraram acordo, mediante o qual coube as respectivas controladas indenização a título de perdas e danos no montante total de R\$ 41.687. **27. Resultado financeiro:** As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras. As despesas financeiras sobre debêntures são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem substancialmente os valores de atualizações financeiras, IOF, taxas, tarifas e multas.

Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras </				